



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 04/12/2023 11:42:20.790 - CFEC

REQ n.551/2023

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. André Fernandes)

Requisita-se ao Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil da Presidência da República que forneça informações detalhadas sobre a viagem do governo federal à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28) em Dubai, nos Emirados Árabes. Esta viagem, que inclui mais de 1300 brasileiros, gera um custo significativo para os cofres públicos, sendo o Brasil o país com o maior número de integrantes em sua comitiva.

Senhora Presidente,

Assentado nos arts. 50 e 58, § 2, III da Carta Fundamental de 1988, combinado com os artigos 24, IV, 115, 116, II, 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se ao Ministro Rui Costa, explicações acerca da viagem ao COP 28 que carrega em sua comitiva a Dubai mais de 1300 brasileiros gerando enorme gasto aos cofres públicos.

Com base em informações previamente reunidas, o Governo Lula realiza viagem a Dubai em razão da COP 28 levando mais de 1300 brasileiros em sua comitiva, conforme dados veiculados pela imprensa e acessado em 03 de dezembro de 2023:





Brasil tem a maior delegação da COP28, com 1.337 nomes inscritos

Em conformidade com o explanado, requer-se as informações a seguir:

- I) Qual é o orçamento total destinado à delegação brasileira para a COP 28, e como ele se compara com os gastos de anos anteriores?
- II) Quais os recursos estão sendo alocados, incluindo transporte, hospedagem e alimentação?
- III) Quais são os critérios utilizados para selecionar os membros da comitiva brasileira?
- IV) Existem medidas de economia de custos sendo implementadas para garantir o uso eficiente do dinheiro público?
- V) Como a participação de uma comitiva tão numerosa contribui para os objetivos do Brasil na COP 28?
- VI) Quais são as atribuições de cada um dos membros da comitiva ?
- VII) Quais são os resultados esperados da participação do Brasil na COP 28, e como eles serão comunicados ao público?
- VIII) Requisito a relação de todas as pessoas presentes na comitiva para avaliação da população e do parlamento brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO





A justificativa para este pedido é baseada em vários fatores. Primeiramente, a transparência é um princípio fundamental em qualquer sociedade democrática. Os cidadãos têm o direito de saber como os recursos públicos estão sendo utilizados, principalmente quando se trata de verbas públicas utilizadas de forma discricionária em viagens internacionais do governo federal¹.

A participação do Brasil na Conferência das Nações sobre Mudanças Climáticas (COP 28) em Dubai é de suma importância para o país e para o mundo, considerando a relevância do Brasil como um dos maiores detentores de biodiversidade e recursos naturais. No entanto, a presença de uma comitiva de mais de 1300 brasileiros gera questionamentos legítimos sobre a gestão dos recursos públicos envolvidos.

A transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais em qualquer democracia, e a solicitação de informações detalhadas sobre os gastos do governo federal com a COP 28 reflete o exercício da cidadania e o direito à informação garantido pela Constituição Federal. O pedido ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República para que forneça tais informações não é apenas uma questão de fiscalização dos recursos públicos, mas também uma oportunidade para o governo demonstrar seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a eficiência administrativa que está em evidente descaso até o presente momento.

Além disso, a justificativa para a necessidade de uma comitiva tão numerosa deve ser clara e convincente, demonstrando como cada membro contribuirá para os objetivos do Brasil na conferência e para a implementação de políticas ambientais eficazes no retorno ao país. A COP 28 é uma

1

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/brasil-tem-a-maior-delegacao-da-cop28-com-1377-nomes-inscritos.shtml#:~:text=Brasil%20lidera%20ranking%20das%20dez%20maiores%20delega%C3%A7%C3%B5es%20da%20COP28&text=%22O%20Brasil%20%C3%A9%20representado%20por,sector%20empresarial%20e%20da%20academia.>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **André Fernandes** - PL/CE

plataforma global para negociações sobre o clima, e a presença brasileira deve ser estratégica, focada e produtiva e não apenas numerosa com destinações subsidiárias gerando apenas gastos aos cofres públicos.

Ao robustecer, é importante enfatizar que o princípio da publicidade orienta a Administração Pública, assegurando que os atos administrativos sejam divulgados pelo órgão responsável pela gestão do dinheiro público. Isso evita a supressão de informações públicas que devem ser disponibilizadas à sociedade e contribui para a desarticulação da corrupção nas entidades públicas.

No entanto, em relação às informações solicitadas, é importante frisar que os legisladores têm o direito de requisitar acesso direto às informações ao órgão responsável, seja para interesse individual ou coletivo, sempre em conformidade com as normas estabelecidas nos moldes do Art. 5º, XXXIII da Constituição de Federal 1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Com base no que foi exposto, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, requer-se ao eminente Ministro da Casa Civil que disponibilize as informações necessárias e forneça explicações convincentes sobre este assunto, que é de extrema relevância para o Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2023.

André Fernandes
Deputado Federal – PL/CE

